

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

---

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras nos anos de 2016 e 2017.

---

*Título:* Memórias da Academia das Ciências de Lisboa  
Classe de Letras  
Tomo XLV

*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa

*Impressão:* Gráfica 99

*Data de impressão:* 2024

*ISSN:* 0378-116X

*Depósito legal:* 61370/92

*DOI:* <https://doi.org/10.58164/ca5x-kz47>

## Vinte Anos Após a Morte de Isaiah Berlin: Revisitando os “Dois Conceitos de Liberdade”

JOÃO CARLOS ESPADA

Isaiah Berlin nasceu em Riga, a 6 de Junho de 1909, e morreu em Oxford, a 5 de Novembro de 1997 — há precisamente 20 anos. Alguns dos principais jornais do mundo ocidental noticiaram a morte de Isaiah Berlin na primeira página. “Morreu um dos mais influentes intelectuais do século XX”, foi uma afirmação comum a muitos dos obituários então publicados.

Curiosamente, pouco depois, na edição da Primavera de 1998 da revista trimestral norte-americana *The Public Interest*, Adam Wolfson, então Chefe de Redacção daquela revista, escrevia que, “quando se recorda e celebra Isaiah Berlin, é importante ter a certeza de que se está a falar do homem certo”. Esta era, em parte, uma referência ao famoso erro do Governo Britânico quando, durante a II Guerra, convidou Irving Berlin, em vez de Isaiah Berlin, para almoçar com Winston Churchill no n.º 10 de Downing Street. Mas Adam Wolfson visava mais do que isto e acrescentou:

*“Quando Berlin morreu, em Novembro de 1997, ocorreu uma cascada de ensaios e obituários adulatários, todos eles bem merecidos. No entanto, há um sentido no qual, mais uma vez, o Berlin errado está a ser celebrado; ou, se não o Berlin errado, pelo menos apenas metade dele apareceu nos muitos ensaios comemorativos sobre a sua vida (...) Muito poucos dos seus admiradores, ou até detractores, se deram ao trabalho de mencionar o que era inegavelmente importante acerca do homem: a sua distintiva percepção dos horrores do comunismo e a sua convicção inabalável de que os intelectuais ocidentais deviam opôr-se ao comunismo ou, no mínimo dos mínimos, deviam não confundir comunismo e liberalismo.”<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Wolfson, A., “A Hedgehog After All”, in *The Public Interest*, 51, 1998, p. 109.

Creio que Adam Wolfson tinha razão. Na mais importante batalha intelectual e política do século XX — a batalha entre a liberdade e a tirania — Sir Isaiah escolheu o seu lado sem hesitação. Isto pode hoje parecer óbvio, mas talvez não seja tão óbvio quando muitos dos actuais alegados admiradores de Isaiah Berlin defendem que a batalha contra o comunismo pertence “a um mundo paranóico da Guerra Fria cujo extremismo ideológico parece hoje antiquado e quase incompreensível”.

O facto é que que Sir Isaiah Berlin, hoje descrito como um social-democrata liberal ou um liberal de esquerda, foi também um “guerreiro” da Guerra Fria. Levou essa condição muito a sério e, sendo acima de tudo um homem livre, desapontou várias vezes alguns dos seus amigos da esquerda devido ao seu empenhamento na Guerra Fria. Michael Ignatieff, actual Reitor da Central European University, em Budapeste, recordou várias destas ocasiões na sua excelente biografia de Isaiah Berlin, publicada em 1998:

*“Perante o aborrecimento dos seus amigos da esquerda, Berlin aceitava convites para Downing Street e apreciava a companhia da sra. Thatcher. Sempre que se encontravam, ela perguntava-lhe em que é que ele estava a trabalhar e, quando ele respondia “nada em especial”, ela levantava o dedo na direcção dele e repreendia-o: ‘Tem de trabalhar, Isaiah, tem de trabalhar’. ‘Yes, madam,’ respondia ele respeitosamente”<sup>2</sup>.*

Uma situação semelhante tivera lugar em 1949, quando Berlin publicou o seu belo ensaio sobre Winston Churchill. Este é, ainda de acordo com Ignatieff, “um ensaio merecidamente famoso entre os que criaram o mito churchilliano”. Ignatieff descreve a situação:

*“Hagiografia era o que os seus amigos da esquerda consideravam ser o seu ensaio. Metade do país tinha despedido Churchill do Governo através do voto em 1945 e encarava-o como uma relíquia reaccionária. Em 1949 vislumbrava-se uma nova eleição. Churchill preparava-se para liderar o ataque conservador contra o Governo (trabalhista) de Attlee, e eis que um suposto liberal como Berlin escrevia um elogio ao “maior ser humano do nosso tempo”<sup>3</sup>.*

---

<sup>2</sup> Ignatieff, M., *Isaiah Berlin: A Life*, New York, Metropolitan Books, 1998, p. 283.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 196.

Estas são algumas das razões pelas quais gostaria hoje de recordar Isaiah Berlin na nossa Academia como um homem da Guerra Fria — um homem livre que defendeu a causa da liberdade ocidental contra os totalitarismos de sinal contrário do século XX, o nacional-socialismo e o comunismo. Este foi seguramente o significado do seu ensaio mais famoso, “Two Concepts of Liberty”<sup>4</sup>. O texto serviu de base a uma conferência em Oxford, em 1958. Ainda hoje continua a ser discutido, objecto de estudo, tema de livros e dissertações académicas. Isaiah Berlin e “os dois conceitos de liberdade” são indissociáveis.

De um lado, argumentou Berlin, temos a liberdade negativa, tal como foi entendida pelos liberais clássicos, de John Locke a Benjamin Constant, Tocqueville, John Stuart Mill ou Lord Acton. É a liberdade entendida como ausência de coerção intencional por terceiros. Significa que um indivíduo será tanto mais livre quanto menor for a interferência de terceiros na sua esfera de decisão pessoal. Em termos políticos, o ideal da liberdade negativa supõe a existência de um Estado limitado, que respeita a esfera privada das decisões pessoais, e cujo principal objectivo é garantir que a liberdade de uns não interfere na liberdade de outros.

Mas a liberdade negativa não pode garantir, só por si, que outros valores ou objectivos estimáveis serão simultaneamente alcançados. Pessoas livres podem cometer muitos disparates no que respeita à sua vida pessoal. Pessoas igualmente livres perante a lei podem ter entre si profundas desigualdades materiais ou económicas. E um Estado pequeno e limitado, que respeite a liberdade negativa dos cidadãos, abstém-se de legislar sobre muitos domínios que algumas pessoas, por vezes a maioria, poderiam preferir que fossem objecto de legislação.

Estes três problemas constituíram em regra os três principais argumentos dirigidos contra a liberdade negativa pelos defensores de um outro conceito de liberdade: a liberdade positiva. O ponto principal do conceito positivo de liberdade consiste em dizer que o conceito negativo não basta. A liberdade não pode ser apenas ausência de coerção. Tem de ser também capacidade para

---

<sup>4</sup> Berlin, I., “Two Concepts of Liberty”, in *Four Essays on Liberty*, Oxford, Oxford University Press, 1969/1989, p. 123.

tornar efectiva a escolha que a liberdade negativa permite fazer. Basicamente, os defensores da liberdade positiva disseram o seguinte:

*De que serve a liberdade (negativa) de pensar como quiser ao camponês iletrado que segue voluntariamente os preconceitos difundidos pelo padre local? De que serve a liberdade (negativa) de comprar e vender ao mendigo que vive debaixo da ponte e não tem habitação nem dinheiro para a adquirir? De que serve a liberdade (negativa) de viajar ao proletário que não dispõe dos meios para viajar? De que serve, finalmente, a liberdade (negativa) de ter opiniões, se as opiniões da maioria — do chamado “Povo” ou da chamada “Nação” — não puderem ser soberanas sobre as limitações impostas ao poder político pelas garantias legais individuais, exigidas pelos defensores da liberdade negativa?*

A estas perguntas, Isaiah Berlin respondeu de forma singela: não se pode ter tudo ao mesmo tempo. A liberdade não é seguramente o único valor estimável. Existem muitos outros. Mas a ideia monista de que é possível reconciliar todos os valores num todo harmonioso, sem conflito entre eles, é uma ideia enganadora. Visa alcançar o paraíso na terra. Em regra, gera infernos totalitários.

Daí que Berlin tenha defendido uma abordagem pluralista: existe objectivamente uma pluralidade de valores, muitos deles estimáveis, muitos deles respeitáveis. Mas a total harmonia entre eles não é possível. Haverá choques. E terá de haver escolhas. Uma sociedade decente tentará evitar escolhas trágicas. Mas não pode reconciliar todos os valores. O compromisso entre eles implicará sempre alguma perda.

Por isso, Berlin concluiu que “o pluralismo, com a medida de liberdade ‘negativa’ que ele implica, parece-me ser um ideal mais verdadeiro e mais humano do que os objectivos daqueles que procuram nas grandes, disciplinadas e autoritárias estruturas o ideal do auto-governo ‘positivo’, por classes, ou povos, ou pelo conjunto da humanidade. É mais verdadeiro, porque pelo menos reconhece o facto de que os objectivos humanos são muitos, nem todos eles comensuráveis, e em perpétua rivalidade uns com os outros.”<sup>5</sup>

Por este motivo, Berlin insistiu que “liberdade é liberdade, não é igualdade, ou equidade, ou justiça, ou cultura, ou felicidade humana, ou uma consciência

---

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 171.

tranquila”<sup>6</sup>. E recordou que “se eu quiser preservar a minha liberdade [...] terei de estabelecer uma sociedade em que terão de existir algumas fronteiras de liberdade que ninguém pode ser autorizado a violar. [...] Isto decorre do reconhecimento da validade moral — independentemente das leis [positivamente estabelecidas] — de algumas barreiras absolutas à imposição da vontade de um homem sobre outro.”<sup>7</sup>

Esta conferência de Oxford sobre os dois conceitos de liberdade foi justamente interpretada como um manifesto anti-comunista. Mas muitas questões foram e continuam a ser levantadas acerca do argumento de Berlin.

Uma primeira e crucial questão foi colocada por Leo Strauss, logo em 1961. Strauss observou que Berlin quis defender a liberdade negativa com “algumas fronteiras de liberdade que ninguém pode ser autorizado a violar”. Estas fronteiras devem ser “absolutas”. Mas Strauss perguntou onde se encontram os fundamentos para estas fronteiras absolutas. Se o pluralismo é o fundamento que Berlin propõe para a liberdade negativa, o pluralismo não pode oferecer um fundamento absoluto — uma vez que a principal premissa do pluralismo reside na inexistência de absolutos. Por outras palavras, Strauss argumentou que o pluralismo não pode fornecer um fundamento robusto para a liberdade negativa. Por este motivo, Strauss elogiou a conferência de Berlin como eloquente manifesto anti-comunista, mas simultaneamente considerou que ela revelava a “crise do liberalismo moderno” — uma crise que Strauss considerava ser resultado da influência do relativismo moderno<sup>8</sup>.

A distinção entre pluralismo e relativismo em geral, e na obra de Berlin em particular, continua a ser uma das questões centrais — aquilo a que Steven Lukes chamou “o dilema de Isaiah Berlin”. Steven Lukes colocou duas questões que permanecem connosco:

*“Como distinguiu exactamente Berlin o pluralismo que defendeu tão persistentemente do relativismo que tão insistentemente repudiou? E terá ele conseguido apresentar um argumento consistente a favor de um pluralismo não manchado de relativismo?”<sup>9</sup>*

---

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 125.

<sup>7</sup> *Ibid.*, pp. 164-166.

<sup>8</sup> Strauss, L., “Relativism” (1961), in *The Rebirth of Classical Political Rationalism: An Introduction to the Thought of Leo Strauss. Essays and Lectures by Leo Strauss*, selected and introduced by Thomas L. Pangle, Chicago, Chicago University Press, 1989, pp. 13-18.

<sup>9</sup> Lukes, S., “Isaiah Berlin’s Dilemma”, in *Times Literary Supplement*, 4 January 1998, p. 12.

Um outro tema suscitado pela obra de Berlin é certamente a relação entre pluralismo e liberalismo. Que os dois estão fortemente associados é uma premissa que foi abertamente desafiada por John Gray, ainda em 1995, num livro sobre Isaiah Berlin. Aí, John Gray argumentou que “se uma versão forte do pluralismo for verdadeira, o liberalismo é indefensável (...) Se o pluralismo de valores for verdadeiro, a reclamação central de todos os filósofos liberais — a de que um regime liberal é idealmente o melhor ou o mais legítimo regime para toda a humanidade — deve ser rejeitada”<sup>10</sup>.

Esta é uma asserção muito forte e tem sido também fortemente contestada por vários autores ilustres. Entre eles encontra-se William Galston, que defendeu a articulação de liberalismo e pluralismo. No seu livro *Liberal Purposes*, publicado originalmente em 1991, ele sustenta que “o moderno Estado liberal está comprometido com uma concepção particular do bem humano, e com esse fim desenvolveu instituições e práticas características. (...) Consequentemente, a diversidade característica das sociedades liberais é limitada pelas suas pré-condições institucionais, pessoais e culturais”<sup>11</sup>. Julgo que um argumento semelhante terá sido apresentado por Stephen Macedo. Ele é um vigoroso defensor do que designa por “liberalismo cívico”, levantando dúvidas sobre a utilidade do conceito de pluralismo como conceito distinto do de liberalismo.<sup>12</sup>

Numa perspectiva diferente, encontramos John Kekes, que defendeu que o pluralismo é uma característica constitutiva do conservadorismo e não, ou pelo menos mais do que, do liberalismo. No seu livro de 1997, *Against Liberalism*, e de novo no livro de 1998, *A Case for Conservatism*, John Kekes defendeu que “pluralismo e liberalismo são incompatíveis (...) porque os pluralistas rejeitam todos os comprometimentos ideológicos, independentemente do seu conteúdo, e o liberalismo, sendo uma ideologia política, envolve essencialmente assumir esses comprometimentos”<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Gray, J., *Isaiah Berlin*, London, Fontana Press, 1995, p. 83.

<sup>11</sup> Galston, W. A., *Liberal Purposes: Goods, Virtues and Diversity in the Liberal State*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

<sup>12</sup> Macedo, S., *Liberal Virtues: Citizenship, Virtue and Community in Liberal Constitutionalism*, Oxford, Clarendon Press, 1990.

<sup>13</sup> Kekes, J., *Against Liberalism*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1997, 178; *A Case for Conservatism*, Ithaca and London, Cornell University Press, 1998.

Uma referência crucial para esta discussão sobre o lugar do pluralismo quer na tradição conservadora quer na tradição liberal teria de ser sempre David Hume, cuja obra marcou tão fortemente quer o conservadorismo quer o liberalismo utilitarista britânicos. Num artigo sobre Isaiah Berlin publicado na *New York Review of Books*, o Professor Alan Ryan, antigo Reitor do New College, em Oxford, escreveu que “o contraste entre Berlin e Hume mais uma vez coloca a questão de saber se o pluralismo não está mais naturalmente aliado à preocupação conservadora com a paz e a tranquilidade do que com o liberalismo romântico e generoso ao qual Berlin era tão dedicado.”<sup>14</sup>

Pessoalmente, receio bem não ter uma resposta pronta para todas estas interrogações. Tenho inclusivamente dúvidas sobre se Isaiah Berlin tinha posições inteiramente definidas acerca delas. O único aspecto que gostaria de sublinhar consiste em dizer que não devíamos esquecer o forte apego de Isaiah Berlin a Inglaterra e à sua tradição de liberdade ordeira. Propositadamente, não lhe chamo “tradição liberal”. Esta tradição é certamente liberal, se a julgarmos pelos padrões do conservadorismo da Europa continental. Mas não é menos verdade que o liberalismo britânico é bastante conservador, se o julgarmos pelos padrões do liberalismo europeu. O Professor Anthony Quinton, antigo reitor de Trinity College, Oxford, descreveu em tempos o impacto das ideias inglesas de liberdade do século XVII no continente europeu do século XVIII como o dos “efeitos do álcool em estômago vazio”.

Anthony Quinton parece ser um autor apropriado quando recordamos Isaiah Berlin. Ambos eram amigos e ambos eram admiradores de David Hume, o qual, no entender de Quinton, “foi simultaneamente o mais admirável e adorável de todos os filósofos, excepto no entender dos pedantes e dos fanáticos”<sup>15</sup>. Em 1978, Anthony Quinton publicou um livro intitulado *The Politics of Imperfection: The Religious and Secular Traditions of Conservative Thought in England from Hooker to Oakeshott*. Devo admitir que fiquei muito surpreendido quando verifiquei que este livro, sobre o conservadorismo inglês, era dedicado a Aline e Isaiah Berlin<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Ryan, A., “Wise Man”, *The New York Review of Books*, 45.20, 17 December 1998, p. 36.

<sup>15</sup> Quinton, A., *Hume*, London, Phoenix, The Great Philosophers Series, 1998, p. 58.

<sup>16</sup> Quinton, A., *The Politics of Imperfection: The Religious and Secular Traditions of Conservative Thought in England from Hooker to Oakeshott*, London and Boston, Faber and Faber, 1978.

Anthony Quinton procurou identificar os traços distintivos do conservadorismo liberal inglês, por contraste com as tradições conservadoras continentais, seguramente menos liberais. Um desses traços distintivos, segundo Quinton, reside no que chamou de “cepticismo político” e de “política de imperfeição” — uma desconfiança profunda em esquemas abstractos de perfeição destinados a redesenhar de alto abaixo tradições espontâneas que vão crescendo ou evoluindo descentralizadamente e sem um plano determinado.

É curioso que também Friedrich A. Hayek tenha detectado uma disposição céptica semelhante na tradição política inglesa. De forma muito sugestiva, Hayek contrastou as atitudes de Henri de Saint-Simon e de Alexis de Tocqueville face a essa ‘ausência de espírito de sistema’ na tradição britânica. Observando a aparente falta de racionalidade nas instituições britânicas, Saint-Simon declarou que “cent volumes in folio, du caractere plus fin, ne suffirait pas pour rendre compte de toutes les inconséquences organiques qui existent en Angleterre”. E Tocqueville terá ripostado: “Que ces bizarreries des Anglais pussent avoir quelques rapports avec leurs libertés, c’est ce qui ne lui tombe point dans l’esprit”.<sup>17</sup>

Uma dificuldade adicional deste cepticismo político referido por Anthony Quinton reside em que, não tendo um sistema, esse cepticismo terá de se basear numa espécie de consenso moral espontâneo, ou herdado, ou resultante de uma evolução gradual. Penso que Isaiah Berlin estava, à sua maneira, consciente desta dificuldade quando usava a experiência britânica como referência da sua disposição política. Eis uma expressiva passagem, entre muitas outras, da magnífica biografia de Berlin por Michael Ignatieff:

*“Durante toda a sua vida [Berlin] atribuiu ao espírito inglês quase todo o conteúdo do seu liberalismo: “que o respeito decente pelos outros e a tolerância em relação à discordância são melhores do que o orgulho e o sentido de missão nacional; que a liberdade pode ser incompatível com, e melhor do que, demasiada eficiência; que o pluralismo e um certo desalinho são, para aqueles que valorizam a liberdade, melhores do que a imposição de sistemas abrangentes, por mais racionais e desinteressados que estes sejam, e melhores do que a vontade da maioria contra a qual não haja apelo”. Tudo isto, insistia Berlin, era “profunda e distintivamente inglês”.”*

---

<sup>17</sup> Citados por Hayek, F. A., ‘Individualism: True and False’, in *Individualism and Economic Order*, Chicago, The University of Chicago Press, 1948, Midway Reprint, 1980, p. 23.

Quando visitei Isaiah Berlin na sua casa de Headington, em Oxford, em Junho de 1994, passámos toda a manhã a conversar sobre tudo e mais alguma coisa. Inicialmente, eu queria saber as suas opiniões sobre a União Europeia e o alegado nacionalismo das ilhas Britânicas. Ele foi muito prudente acerca da Europa, mas tremendamente enfático em negar que a Inglaterra fosse um país nacionalista. Ainda me lembro claramente de Berlin a recordar todos e cada um dos dissidentes europeus dos séculos XVIII e XIX, tanto da esquerda como da direita, que fugiram para o exílio em Inglaterra. Foi então que ele disse qualquer coisa semelhante ao que se segue, e que cito das minhas notas:

*“Todos eles estavam autorizados a viver e a exprimir as suas opiniões neste país. A Inglaterra foi sempre um país tolerante. Todos eles o reconheciam, mas costumavam queixar-se do facto de os Ingleses os não levarem a sério. Ora, pergunto-lhe eu agora a si: não será esta, de certa maneira, uma condição da tolerância? Quero dizer, se começarmos a levar tudo e todos terrivelmente a sério, iremos continuar a ser capazes de os tolerar da mesma forma que os toleramos quando adoptamos a atitude de “viver e deixar viver?”*

Parece-me que Berlin estava aqui a confiar abertamente num consenso britânico que não era perturbado por *uninstructed outsiders*, para usar a famosa expressão de Winston Churchill. Por causa desse consenso — nas maneiras, nas atitudes, nas regras não escritas de comportamento —, a Inglaterra foi capaz de praticar a tolerância, de viver e deixar viver. Ainda que *old habits die hard*, tende hoje a ser dito que este consenso está a desaparecer. Parece que “agora, somos todos multiculturalistas”, como escreveu o Professor Nathan Glazer. Seremos por isso mais tolerantes? Nathan Glazer tinha seguramente as suas dúvidas.

No entanto, se for verdade que o velho consenso está a desaparecer, porque não adoptar uma atitude Berliniana? Não poderíamos dar mais espaço ao compromisso e à acomodação? Não poderíamos limitar mais fortemente o poder dos políticos e das organizações centralizadas para formatar as nossas vidas e as dos nossos filhos, das nossas escolas e das nossas universidades? Não poderíamos dar mais espaço aos governos e comunidades locais, bem como às famílias para adoptar diferentes soluções para os seus problemas?

Alguns dirão que, em termos de Teoria Política, esta não parece ser uma grande resposta para os nossos problemas teóricos. Mas talvez os nossos problemas teóricos não tenham uma solução única. Talvez eles sejam semelhantes aos quadrângulos de Oxford, que Berlin amava tão profundamente. Quase todos os colégios de Oxford têm pelo menos um quadrângulo, geralmente relvado, e frequentemente mais do que um. No entanto, o quadrângulo mais antigo, o chamado *Mob Quad* do Merton College (a origem do nome é desconhecida) “não foi desenhado intencionalmente como um quadrângulo, mas emergiu por acidente”<sup>18</sup>.

Estou certo de que Saint-Simon não teria apreciado este ponto. Mas julgo que Isaiah Berlin, “o último inglês” segundo Ian Buruma,<sup>19</sup> tê-lo-ia adorado.

Muito obrigado.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017)

---

<sup>18</sup> Hall, M. and Frankl, E., *Oxford*, Cambridge University Press, 1981/1987, p. 59.

<sup>19</sup> Buruma, I., *Anglomania: A European Love Affair*, New York Random House, 1998.

\* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.